

## **II.5 – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL**

### **II.5.A – Planos e Programas Governamentais**

Os municípios que integram a área de influência indireta, desenvolvem um conjunto de planos e programas voltados para o melhoramento da qualidade de vida e ambiental. São programas nas áreas de educação, saúde, ação social, agricultura, meio ambiente, saneamento básico, entre outros. Estes municípios receberão maior destaque quanto aos planos e programas realizados em escala local, objetivando um maior detalhamento dos sistemas de gestão ambiental vigentes e seus respectivos instrumentos, considerando-se a natureza e permanência dos impactos sócio-ambientais nestes municípios.

No presente Estudo de Impacto Ambiental, foram considerados os planos e programas dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, cujos temas tangenciam as questões mais relevantes para a área estudada.

Em nível federal, o governo participa de programas desenvolvidos em todos os Estados da federação os quais estão caracterizados a seguir:

- **Política Marítima Nacional (PMN).**

Executada pelo Ministério da Marinha e pela Comissão Marítima Nacional, esta política objetiva orientar as atividades marítimas, de forma integrada e harmônica, buscando a utilização racional e plena do mar e de hidrovias interiores.

- **Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM).**

Coordenada pelo Ministério da Marinha, a PNMA busca articular as diversas políticas setoriais com aplicação nos meios marítimo e costeiro. A responsabilidade sobre sua formulação e implantação se encontra com a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM, tendo como objetivo maior fixar medidas que possibilitem a integração do mar territorial, da plataforma continental e da exploração racional destes ambientes.

A Comissão Interministerial é integrada por um representante de cada Ministério e Órgãos a seguir indicados: da Marinha, que acumulará as funções de

Secretário da CIRM; das Relações Exteriores; dos Transportes; da Educação e do Desporto; da Agricultura e do Abastecimento; da Indústria do Comércio e do Turismo; de Minas e Energia; da Ciência e Tecnologia; do Meio Ambiente, dos Recursos Renováveis e da Amazônia Legal; do Planejamento e Orçamento; da Casa Civil da Presidência da República; e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

• **Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE).**

A partir da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em 1982, reconheceu-se a necessidade de se estabelecer um sistema legal, legitimado internacionalmente, que englobasse todos os aspectos relacionados ao uso do mar e de seus recursos, representando assim uma tentativa de estabelecer uma ordem econômica internacional que seja justa e equitativa em tudo que se relacione ao espaço marítimo. O Brasil como signatário da CNUDM assumiu estes compromissos, tendo, dentre outras iniciativas, criado o Programa REVIZEE, destinado a avaliar o Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva brasileira.

O objetivo do Programa REVIZEE consiste em avaliar as biomassas e os potenciais de captura sustentáveis dos recursos vivos dentro da ZEE brasileira (Zona Econômica Exclusiva), incluindo as variações das condições ambientais que provocam oscilações espaciais e sazonais na distribuição dos mesmos. Em cada uma das quatro grandes regiões nas quais foi dividido (Costa Norte - da Foz do Rio Oiapoque à Foz do Rio Parnaíba; Costa Nordeste - da Foz do Rio Parnaíba até Salvador, incluindo Fernando de Noronha, Atol das Rocas e Arquipélago de São Pedro e São Paulo; Costa Central - de Salvador ao Cabo de São Tomé, incluindo as Ilhas de Trindade e Martins Vaz; Costa Sul - do Cabo de São Tomé ao Chuí), a responsabilidade de coordenação e execução do Programa fica a cargo de um Subcomitê (SCORE), formado por representantes das Universidades e Instituições de Pesquisa marinhas locais, contando, também, com a participação de representante do Setor Pesqueiro regional.

- **Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC).**

O objetivo do LEPLAC é estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira, onde este ultrapassar o limite marítimo das 200 milhas da nossa Zona Econômica Exclusiva – ZEE.

As atividades do Projeto LEPLAC iniciaram-se em 1987 e vêm sendo desenvolvidas, conjuntamente, pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil e pela PETROBRAS, sob a coordenação e diretrizes da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM.

- **Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (Projeto REMPLAC).**

Aprovado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, tem por objetivo avaliar a potencialidade mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB), efetuando o levantamento geológico-geofísico básico sistemático da PCJB; e ainda, efetuar, em escalas apropriadas, projetos temáticos, como levantamentos geológico-geofísicos de sítios de interesse geoeconômico-ambiental identificados na PCJB. Sua área de estudos abrange os dados de limitação geográfica gerados pelo Projeto LEPLAC (Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira).

- **Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).**

Este programa, instituído através da Lei Federal 7.661, de 16 de maio de 1988, envolve os 17 estados costeiros. Dentre seus objetivos pode-se citar: ordenação do uso dos recursos naturais e das ocupações dos espaços costeiros; estabelecimento de um processo de gestão de forma integrada das atividades sócio econômicas na zona costeira (ZC), contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural; desenvolvimento de um diagnóstico sistemático da qualidade ambiental da ZC (espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais), identificando suas potencialidades, vulnerabilidade e tendências predominantes; diagnóstico da qualidade ambiental e controle dos

agentes poluidores da zona costeira; e difusão dos conhecimentos para o desenvolvimento e aprimoramento das ações de Gerenciamento Costeiro.

As ações implementadas pelo PNGC se apresentam de forma integrada nos níveis federal, estadual e municipal, sendo elaborados planos de gerenciamento costeiro nesses três âmbitos, objetivando a constante observância da qualidade ambiental na zona costeira brasileira e permanente articulação intersetorial e interinstitucional, bem como promovendo a formação de grupos interestaduais de gerenciamento costeiro.

Dentre várias realizações, se destaca a efetivação do processo de zoneamento costeiro e a elaboração de diagnósticos ambientais e planos de manejo nas variadas regiões costeiras brasileiras, como a confecção de planos de manejo do das dunas do Rio Grande do Norte, dentre outros.

O Gerenciamento Costeiro do Ceará (GERCO/CE) tem como objetivo orientar e disciplinar a utilização racional dos recursos ambientais da Zona Costeira, de forma a contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, promovendo a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. Está integrado ao Programa Nacional do Meio Ambiente II - PNMA II, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA.

No Estado do Ceará vem sendo desenvolvido pela Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente - SOMA, através da sua vinculada - Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, em parceria com as prefeituras Municipais, Ongs e a sociedade Civil.

- **Planos Setoriais para os Recursos do Mar – PSRM.**

Com base nos Planos Setoriais para os Recursos do Mar, a CIRM vem desenvolvendo, desde 1982, pesquisas científicas que enfatizam a identificação e administração de novos recursos pesqueiros, tecnologias e aspectos sócio-econômicos da pesca, o aprimoramento da maricultura, a avaliação da potencialidade mineral da plataforma continental e todos os aspectos dos processos físicos e químicos do mar. Seu objetivo é o conhecimento e a avaliação da potencialidade dos recursos vivos e não-vivos das áreas marinhas sob jurisdição nacional e adjacentes, visando à gestão e ao uso sustentável desses recursos.

- **Programa de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).**

Executado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, este programa tem por objetivo definir e executar o zoneamento ecológico econômico em âmbito nacional, integrando-o aos diversos sistemas de planejamento da administração pública. Em 2000 o ZEE foi incluído no Plano Plurianual 2000 – 2003 e no mesmo ano foi articulada institucionalmente a formação do Consórcio ZEE Brasil. Já no ano de 2001 foi elaborado o Projeto Piloto ‘ZEE do Baixo Rio Parnaíba’. Atualmente, existem vários projetos estaduais e sub-regionais concluídos ou em fase de preparação, buscando minimizar o risco de exercícios fragmentados ou sem uma visão macro-regional do zoneamento.

- **Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS).**

O sistema Global de Observação dos Oceanos foi criado pela Comissão Oceanográfica inter-governamental (COI), da UNESCO, em parceria com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente(PNUMA), para possibilitar aos Estados Membros da COI serem assistidos no desenvolvimento da capacidade de prever fenômenos e processos oceanográficos que exerçam influência direta sobre a preservação, a conservação e a utilização sustentável dos oceanos, como também sobre o clima.

O Governo Federal, reconhecendo a necessidade de se desenvolver um Sistema Global de Observação para melhor compreender e monitorar as mudanças nos oceanos e suas influências, e considerando a extensão da área marítima de interesse nacional sobre a qual se deve garantir o desenvolvimento sustentável, apoiou a criação do Programa Piloto GOOS/Brasil.

Coordenado pela Marinha, por intermédio da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), O GOOS/Brasil está previsto para durar até o ano 2007, quando espera-se que seja implantado, sistematizando e tornando operacional a coleta, a análise e a transmissão de dados em toda a área oceânica em relação à qual o Brasil exerce direitos de soberania e jurisdição.

- **Programa de Mentalidade Marítima.**

O Programa de Mentalidade Marítima, aprovado pela CIRM (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar) e coordenado pela SECIRM (Secretaria

da Comissão), estimula, por meio de ações planejadas, objetivas e continuadas, o desenvolvimento de uma mentalidade marítima na população brasileira, coincidindo com os interesses nacionais e voltada para um maior conhecimento do mar e de seus recursos.

- **Programa Nacional de Diversidade Biológica (PRONABIO)**

Este programa é composto por representantes do IBAMA, Ministérios, ONG's e membros da comunidade científica em geral. O objetivo do programa é a realização de inventário, caracterização e monitoramento da diversidade biológica, a estimativa de valor econômico da diversidade biológica, além da conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos.

A Comissão Nacional de Biodiversidade, cuja finalidade é acompanhar as ações do PRONABIO, é presidida pelo Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e tem em sua composição um representante de cada um dos seguintes órgãos e organizações da sociedade civil: Ministério do Meio Ambiente; Ciência e Tecnologia; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Saúde; Relações Exteriores; Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento Agrário; Integração Nacional; Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA; comunidade acadêmica; organizações não-governamentais ambientalistas; movimentos sociais; povos indígenas; setores empresariais vinculados à agricultura; setores empresariais vinculados à indústria.

- **Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO)**

Tem por objetivos assistir ao Governo Brasileiro junto ao Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO, pela identificação de ações prioritárias, estimulando o desenvolvimento de atividades que envolvam parcerias entre os setores público e privado, e disseminando informação sobre diversidade biológica. O Ministério do Meio Ambiente é o responsável pelas ações de gerenciamento e coordenação do projeto, análise e integração dos resultados das avaliações da biodiversidade, oferta de apoio na preparação de uma estratégia nacional de biodiversidade, monitoramento e supervisão da avaliação dos subprojetos e

disseminação dos resultados do PROBIO. Na fase das negociações do PROBIO foram selecionados sete subprojetos iniciais que já estão sendo implementados, entre eles destacam-se: Rede de Informação em Biodiversidade - Brasil, Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Matas de Galeria do Bioma Cerrado, Conservação de Recursos Genéticos Vegetais.

- **Projeto TAMAR**

O Projeto TAMAR, executado pelo IBAMA em parceria com a Fundação Pro-TAMAR, monitora mil quilômetros de praia, com 20 bases cobrindo oito estados brasileiros. 90% das pessoas envolvidas nesse trabalho são membros das comunidades onde as bases estão instaladas. Instalada em 1991, a Base Almofala, localizada no município homônimo no estado do Ceará, tem como objetivo proteger 40 quilômetros de área de alimentação da Tartaruga Verde (*Chelonia mydas*), que é capturada incidentalmente em currais de pesca e redes de espera.

Em nível estadual, o governo do **Ceará** participa dos programas enumerados a seguir:

- **Programa Nacional do Meio Ambiente para o Ceará - PNMA II**

O GERCO/CE tem como objetivo orientar e disciplinar a utilização racional dos recursos ambientais da Zona Costeira, de forma a contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, promovendo a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. Está integrado ao Programa Nacional do Meio Ambiente II - PNMA II, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA.

No Estado do Ceará vem sendo desenvolvido pela Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente - SOMA, através da sua vinculada - Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, em parceria com as prefeituras Municipais, Ongs e a sociedade Civil.

## • PRODETUR/CE I – Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo - Recuperação Ambiental

O Prodetur consiste em um programa de desenvolvimento turístico regional, estruturado e concebido pelos Governos Federal e Estadual, para financiar a implantação de infra-estrutura de suporte ao turismo, propiciando e incentivando investimentos da iniciativa privada para implantação de equipamentos turísticos. Seu objetivo final visa aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas nas diversas regiões do País, reforçando o potencial turístico via priorização de ações que buscam a manutenção e a expansão de sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional, com impacto positivo na geração de emprego e renda.

As ações da componente ambiental do PRODETUR/CE, sob a responsabilidade da SEMACE (Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Ceará), podem ser observadas na área de recuperação ambiental, através de intervenções em situações de risco ambiental e social ocasionadas por conflitos gerados pela ação antrópica desordenada.

No PRODETUR/CE I determinou-se a criação e implantação de Unidades de Conservação, criação e implantação de Centros de Promoção Turístico/Ambiental – (CPTA's) em áreas ao entorno de recursos hídricos importantes, recuperação ambiental de lagoas, lagamares, praias e dunas, programa de conservação ambiental de recursos hídricos e programas de educação ambiental.

Já o PRODETUR/CE II - tem como principais objetivos: dar sustentabilidade ao turismo no Pólo Turístico Costa do Sol, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos municípios beneficiados na primeira fase do Programa.

## • Projeto Ambiental Nordeste – PAN

O Projeto Ambiental Nordeste é um projeto de integração e cooperação entre os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – (OEMA's) do Nordeste do Brasil, que apóia o fortalecimento dos órgãos estaduais envolvidos e contribui para o desenvolvimento sustentável da região. É um projeto de cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha, aprovado pelo Ministério das Relações Exteriores, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo Ministério Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ). O PAN intervém através do

intercâmbio de experiências e demandas comuns entre os órgãos envolvidos. O instrumento gerencial de trabalho utilizado foi o desenvolvimento de um Plano Operacional - PO, onde foi decidido, através da ampla participação dos OEMA's parceiros, que atividades seriam realizadas pelo projeto, os compromissos para executá-las, as metas a serem atingidas e como trabalhar para a sua realização.

- **Projeto Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Industriais**

A Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, em convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, e com o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, está executando o Projeto Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Industriais, com a finalidade de conhecer e caracterizar os resíduos sólidos industriais produzidos no Estado do Ceará. Este inventário subsidiará uma política de gestão voltada para minimização da geração, reutilização, reciclagem, tratamento e destinação final adequada dos referidos resíduos.

- **Programa de Educação Ambiental do Ceará (PEACE)**

Este programa representa o esforço de várias instituições governamentais e não governamentais, das esferas estadual e municipal (envolvendo a população local, as escolas municipais e estaduais, a sociedade organizada, os agentes privados do desenvolvimento do turismo e as próprias prefeituras), na busca de uma nova postura em relação aos problemas ambientais. Neste programa estão fixados objetivos, diretrizes e estratégias com as quais deve ser direcionada, disciplinada e consolidada a dimensão ambiental no processo educativo, compromisso este assumido pelos 44 municípios que participaram da elaboração do programa.

Como um dos componentes ativos do PEACE temos o Programa Praia Limpa e Mutirão de Limpeza. Este Programa busca a melhoria dos serviços de limpeza pública nas praias cearenses, principalmente nas faixas de areia, que são bastante prejudicadas pela ação antrópica (com constante disposição de resíduos sólidos).

A SEMACE (Superintendência Estadual do Meio Ambiente/Ceará) implantou o Programa Praia Limpa, buscando a conscientização ecológica nos diversos segmentos sociais que trabalham e freqüentam as praias cearenses. O programa

conta com diversas ações: mobilização conjunta com barraqueiros, associações, prefeituras, instituições e parceiras para realização de mutirões de limpeza, veiculação em meios de comunicação, divulgação através de faixas educativas, campanhas educativas junto aos frequentadores e os próprios barraqueiros, distribuição de sacolas de lixo e folhetos educativos.

- **Gestão de Unidades de Conservação Estaduais**

Esta ação tem como objetivo assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos ambientais nas unidades de conservação estaduais. Para tanto, a SEMACE está implantando os Conselhos gestores das 20 Unidades de Conservação Estaduais, que irão auxiliar na elaboração, implementação e revisão dos planos de manejo dessas áreas, unindo comunidades nativas, sociedade civil organizada e poder público.

- **Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P**

A A3P é o programa, lançado pelo Ministério do Meio Ambiente, que cuida da inserção dos critérios ambientais nas áreas de governo, visando minimizar ou eliminar os impactos ao meio ambiente, provocados por atividades administrativas ou operacionais diárias. Também fazem parte das atividades da Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente – SOMA, o desenvolvimento de conselhos e grupos de trabalho, os quais visam à construção de um processo de conscientização da preservação e conservação do meio ambiente.

A A3P tem o objetivo de induzir a adoção de um modelo de gestão pública que corrija e diminua os impactos ambientais negativos gerados durante a jornada de trabalho. Para isso é necessário usar com eficiência os recursos naturais, materiais, financeiros e humanos, para que haja a correção de hábitos de desperdício, desatenção e ausência de motivação dos servidores públicos, tornando-os abertos a mudanças nos procedimentos administrativos.

Faz parte também das atividades da Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente - SOMA as práticas dos 3Rs, com o objetivo da Redução, Reutilização e Reciclagem formas de diminuir a exploração de recursos naturais, o impacto ambiental da sociedade urbano-industrial e rural, enfim, a qualidade do lixo municipal.

- **Criação de Selo Ambiental**

É de competência da SOMA (Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente do Estado), propor políticas de ações que visam à preservação e utilização dos recursos ambientais. Como uma de suas ações propôs-se lançar um selo ambiental para empresas do estado do Ceará, que venham a desempenhar um papel importante na busca da sustentabilidade ou de formas de exploração do meio ambiente que permitam o uso mais racional / renovação de recursos.

O projeto Selo SOMA será voluntário, ou seja, a empresa que desejar usar o selo terá que participar de programas permanentes que contemplarão oficinas de educação ambiental, coleta seletiva de lixo e outros, bem como se certificar ao uso do selo passando por análises de pré-requisitos, auditados regularmente.

Em nível municipal, dentre outros, observa-se os seguintes programas:

**Município de Beberibe:**

- **Programa PROARES**

No cerne do conceito de 'qualidade ambiental' está inserida uma ideologia onde várias esferas da vida social atuam objetivando um mesmo fim, que é o do bem estar social. Pensando dessa forma, o município de Beberibe, desde assinatura do convênio em 1999 com o Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (PROARES), tem recebido benefícios como reforma, construção e ampliação dos equipamentos de ação social, de saúde, educação e cultura. Este Programa do Governo do Ceará voltado ao desenvolvimento social objetiva o atendimento a crianças e adolescentes que estejam fora da escola, desnutridas, nas ruas, em convivência com as drogas, prostituição, dentre outros riscos que podem comprometer a sua sobrevivência ou desenvolvimento.

As estratégias de intervenção em cada município, que totaliza mais de 50, estão contidas num Plano Participativo Municipal, elaborado de forma intersectorial, com a participação de todos os segmentos governamentais e da

sociedade civil, envolvidos com as questões relacionadas a crianças e adolescentes.

### **Município de Fortim:**

#### **• Cursos de Capacitação para Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental**

Comunidades do Fortim recebem capacitação para Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental, realizada pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace). No curso, serão abordados os temas necessários à conscientização da conservação e preservação do Meio Ambiente, como Agenda 21, desenvolvimento sustentável, saneamento básico, legislação ambiental, unidades de conservação, desmatamento e queimadas. A ação faz parte das atividades da Coordenação de Extensão em Educação Ambiental da Semace, que recebe solicitações de prefeituras, associações de moradores e empresas, entre outras instituições, para formar grupos de multiplicadores em Educação Ambiental.

### **Município de Aracati:**

#### **• Inclusão no Sistema de Gás Natural**

O processo de interiorização do gás natural promovido pela Companhia de Gás do Ceará (Cegás) sofrerá forte impulso na construção de mais duas unidades de City Gate, estação onde se realiza a medição contábil do combustível para sua transferência do gasoduto de transporte para a rede de distribuição. Os empreendimentos, um em Aracati e outro em Caucaia, aguardam apenas licença ambiental a ser expedida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace).

## **Município de Icapuí:**

### **• Vistorias ambientais semanais e Oficinas de Educação Ambiental**

O Departamento de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Icapuí vem realizando vistorias nas comunidades do município semanalmente, de acordo com calendário pré-fixado. Além disso, há o atendimento de denúncias de agressão ambiental em todo o período de expediente.

Paralelamente, há uma programação de oferta de Oficinas de Educação Ambiental para as comunidades do município, oferecidas prioritariamente ao público jovem das comunidades e tem o intuito de favorecer a organização de grupos de defensores do meio ambiente no município.

### **• Piloto do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**

A EMBRATUR elevou o município de Icapuí como cidade-piloto do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, objetivando a organização e planejamento de um Turismo Sustentável, respeitando o meio ambiente, as pessoas, sua cultura e evitando a concentração de renda.

### **• Programa de Gestão Urbana (PGU)**

Em 1998, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou uma rede de 76 cidades de diversos países do mundo. Entre elas, está Icapuí, um dos municípios onde o PGU vem trabalhando, desde então, seus três focos principais: reforço à governabilidade participativa, erradicação da pobreza urbana e melhoria da gestão do meio ambiente urbano, buscando cada vez mais uma gestão onde as prioridades das ações administrativas são definidas coletivamente.

### **• Projeto ‘Peixe Vivo’**

Atua visando a capacitação de estudantes em educação ambiental, assim como a elaboração do código de ética ambiental nas escolas do município. O projeto é implementado pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Icapuí e é resultado de uma parceria da FBC (Fundação Brasil Cidadão) e da Fundação AVINA. Um dos resultados esperados do projeto é o tratamento trans-

disciplinar ao qual será submetido o tema 'meio ambiente' nas várias matérias do currículo escolar.

- **Projeto 'Esse Mar é Meu'**

O projeto envolve as questões dos manguezais da região onde está localizado o município e as oficinas de formação de Grupos Ecológicos nas comunidades presentes na área, objetivando o desenvolvimento sustentável e ordenado da região.

Em nível estadual, o governo do **Rio Grande do Norte** participa dos programas enumerados a seguir:

- **Projetos para Aproveitamento do Gás Natural**

O Governo Estadual desenvolve diversas ações visando aproveitamento do gás produzido no estado, favorecendo, assim, o desenvolvimento econômico da região. Aliados a essas ações são implementados programas para investimentos nas áreas de saúde, educação, saneamento básico e abastecimento de d'água, que irão proporcionar uma melhor condição de vida à população.

- **PRODETUR/RN – Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo**

O Prodetur consiste em um programa de desenvolvimento turístico regional, estruturado e concebido pelos Governos Federal e Estadual, para financiar a implantação de infra-estrutura de suporte ao turismo, propiciando e incentivando investimentos da iniciativa privada para implantação de equipamentos turísticos. Seu objetivo final visa aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas nas diversas regiões do País, reforçando o potencial turístico via priorização de ações que buscam a manutenção e a expansão de sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional, com impacto positivo na geração de emprego e renda.

Obras como a construção, reforma e modernização de nove aeroportos, a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotos, bem assim da melhoria de rodovias e vias urbanas, em vários municípios turísticos, já se

encontram em plena maturação. Foram realizadas ainda obras de recuperação, proteção ambiental e de urbanização de áreas turísticas no estado do Rio Grande do Norte.

- **Projeto de Ampliação da Matriz Energética**

O Governo Federal estabeleceu uma meta de ampliar de 2% para 10% a oferta de gás natural, vem investindo, então, através da PETROBRAS, na implantação de gasodutos pelo país.

O Governo do estado do Rio Grande do Norte e a PETROBRAS estão concluindo um protocolo para a implantação de um Pólo Gás Sal para a oferta de gás natural para a região de Macau. A viabilidade deste protocolo só é possível com o aumento de disponibilidade de gás.

- **Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO**

O IDEMA (Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte), através da Subcoordenadoria de Gerenciamento Costeiro, está coordenando os trabalhos dos estados do RN, CE e PI referente ao Programa Nacional da Biodiversidade – PRONABIO, Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica da Zona Costeira e Marinha. Este projeto tem por objetivo a identificação de oportunidades, opções e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade, utilização sustentável dos recursos biológicos e a repartição dos benefícios derivados da utilização de seus recursos genéticos. Estes dados serão agrupados aos dos demais estados costeiros nordestinos e aos das demais regiões brasileiras, gerando um documento final denominado “Avaliação e Ações Prioritárias para a Zona Costeira e Marinha”.

- **Programa Estadual de Educação Ambiental para o Rio Grande do Norte**

Tem por objetivo a construção de um Programa de Educação Ambiental para o Estado. Técnicos de instituições governamentais, entre as quais o IDEMA, em parceria com entidades da sociedade civil organizada, tem discutido essa temática e realizado encontros, seminários, workshops, treinamentos, bem como

a elaboração de material didático de educação ambiental, visando abranger todo o estado do Rio Grande do Norte com essas ações.

- **Programa de Gestão Ambiental – PROGEA**

Trata-se de um programa de gestão ambiental elaborado para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. É um documento que procura estabelecer princípios, diretrizes e prioridades para a implementação, através de um processo participativo, de ações voltadas à melhoria do meio ambiente sob uma perspectiva educacional. De forma sucinta, pode-se dizer que seu objetivo é a implantação de um sistema de gestão ambiental nas escolas do estado do Rio Grande do Norte.

- **Plano Estadual de Resíduos Sólidos**

O plano é fruto de diversas contribuições do Grupo Temático Resíduos Sólidos junto ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (PRODETUR / NE) e prevê, em sua concepção, a criação de uma Unidade Gestora de Resíduos Sólidos para o Pólo de Turismo ‘Costa das Dunas’, localizado no estado do Rio Grande do Norte.

Em **nível municipal**, temos os programas enumerados a seguir:

**Município de Grossos:**

- **Projeto Artemia: a maricultura como instrumento de geração de empregos, renda e desenvolvimento social da região de Grossos**

Projeto financiado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), o Programa BMLP (Programa Brasileiro de Intercâmbio em Maricultura) é um consórcio de universidades canadenses e brasileiras. Tem como objetivo o desenvolvimento da maricultura brasileira na região salineira de Grossos. Consolidando a produção de Artemia como uma atividade auto-sustentável na região, para o benefício de sua comunidade de salineiros artesanais e para a qualidade de vida da região como um todo.

Através das ações desenvolvidas pelo Projeto Artemia em Grossos, as atividades de coleta, processamento e comercialização de cistos e biomassa de

Artemia em Grossos (RN) são hoje desenvolvidas legalmente por Bio-Artemia Ltda., uma empresa familiar fundada em 1998. Atualmente, há 75 pessoas envolvidas com Artemia através da Bio-Artemia Ltda. em Grossos. Além de suprir cistose biomassa de Artemia para o mercado aquícola do Brasil, a Bio-Artemia Ltda. já exporta biomassa de Artemia para Panamá, Venezuela e Estados Unidos.

### **Municípios de Areia Branca, Tibau e Grossos:**

- **Programa Escrevendo Cidadania**

Considerando o bem estar social como um dos indicadores gerais de qualidade de vida de uma região, o programa "Escrevendo Cidadania", do Ministério de Educação, será considerado nesse neste diagnóstico. O programa faz parte do programa Brasil Alfabetizado, do governo federal, em parceria com as secretarias estaduais de Educação. O objetivo é erradicar o analfabetismo e serão atendidas aquelas pessoas que nunca freqüentaram a escola. As aulas serão ministradas por 1.500 professores que passarão por uma capacitação na Secretaria Estadual de Educação. Cada aluno matriculado receberá uma bolsa-trabalho no valor de R\$ 15,00. Nesta primeira etapa, o projeto vai atingir 120 municípios do Rio Grande do Norte, entre eles Areia Branca, Grossos e Tibau. Sua meta prevista de alfabetizar mais de 30 mil pessoas com idade acima dos 16 anos

### **Município de Porto do Mangue:**

- **Plano de Estradas do Pólo Costa Branca**

Uma das prioridades do Governo do Estado é investir em infra-estrutura para fortalecer o turismo no interior. Para tanto, este discute a construção da rodovia que liga, pelo litoral, as cidades de Tibau e Grossos, na região da Costa Branca, a fim de concluir o projeto do pólo turístico da Costa Branca nos próximos dois anos, implantando e restaurando as estradas para que finalmente a região possa ser explorada em todo o seu potencial. Fazem parte do Pólo Turístico da Costa

Branca, os municípios litorâneos de Tibau, Grossos, Areia Branca, Porto do mangue, Macau, Guamaré e Galinhos; e ainda áreas adjacentes das regiões de Mossoró, Vale do Açu e Mato Grande. A Costa Branca demarca uma nova fronteira turística no Rio Grande do Norte e o Governo do Estado está decidido a dotar o pólo da infra-estrutura necessária para estimular o seu desenvolvimento. O plano de estradas do Pólo Costa Branca será executado em parceria com o Ministério do Turismo.

### **Município de Macau:**

- **Programa Biblioteca Para Todos**

Ainda tendo em foco o bem estar social com um dos fatores da qualidade ambiental de uma região, o programa 'Biblioteca Para Todos' na região salineira chega à cidade de Macau com a inauguração do novo espaço de leitura na Escola Estadual Clara Tetéu, durante a implantação do programa Governo nas Cidades no ano de 2004. O objetivo é atender não apenas à rede estadual de ensino, mas à toda comunidade Segundo o secretário Estadual de Educação, Betinho Rosado, o objetivo do projeto é não somente criar um espaço fechado para atender os alunos, mas abrir as portas para toda a comunidade

- **Ação de desapropriação de terras de conflito em Macau**

Ação do Governo do Estado desapropriou duas áreas na Ilha do Barro Preto e na Ilha de Santana para fins de reforma agrária, o que foi recebida com satisfação pelas famílias de pescadores que viviam em conflito há quase duas décadas pela posse das terras em Macau. O processo foi deflagrado nos primeiros dias do governo pela Secretaria de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária (Seara). Na área haverá condução do processo e o projeto de piscicultura e carcinicultura que deverá ser implantado nas duas áreas. A medida pretende beneficiar 127 famílias que vivem da pesca artesanal.

## Município de Guararé

- **Proposta de um programa emergencial de abastecimento da população**

Com relação ao grau de atendimento da demanda da população, a Secretaria de Recursos Hídricos elaborou um estudo da Identificação e Avaliação do Grau de Criticidade de Abastecimento. Neste, foi observado que os municípios que se apresentam atualmente em condições mais críticas são Galinhos, Guararé, Porto do Mangue e Rodolfo Fernandes, que tem grandes déficits, tanto no período normal como no período seco. Sendo assim a CAERN, está elaborando o "Estudo de Concepção e Projeto Básico dos Sistemas de Água e Esgoto de 15 Municípios", com financiamento do BID e gerenciamento da SEPURB. O horizonte do estudo é o ano 2018 e abrange Macau (rio Piranhas-Açu em Pendências).

Neste, Guararé está classificada como “Municípios mais Críticos” e, sendo assim, para o atendimento à demanda deste, a instituição decidiu que Guararé poderá ser suprida pela extensão das instalações de abastecimento da PETROBRAS. Também a recomendação de analisar as seguintes alternativas, aplicável também ao município de Porto do Mangue: 1) Perfuração e instalação de poços para a exploração de água subterrânea, 2) Construção de uma captação no rio Piranhas-Açu, em Pendências, e duas adutoras, sendo uma até Guararé e Galinhos e outra até Porto do Mangue, 3) Utilização de carros-pipa.

Observa-se que a solução emergencial continuará sendo o abastecimento com carro- pipa, enquanto não se concretize uma das outras alternativas antes mencionadas.

- **PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional**

O Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP busca, precisamente, a ampla democratização da oferta da educação vinculada ao setor produtivo. É uma iniciativa do Ministério da Educação - MEC em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTb que visa, de acordo com a nova legislação sobre a Educação, à expansão, modernização, melhoria de

qualidade e permanente atualização da Educação Profissional no País, através, da ampliação e diversificação da oferta de vagas; da adequação de currículos e cursos às necessidades do mundo do trabalho; da qualificação, reciclagem e reprofissionalização de trabalhadores(as), independente do nível de escolaridade, e da formação e habilitação de jovens e adultos nos níveis médio (técnico) e superior (tecnológico).

Os recursos do PROEP são originários de dotações orçamentárias do Governo Federal, sendo 25% recursos do MEC, 25% recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, do Ministério do Trabalho e Emprego, e os 50% restantes advêm de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

O Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP trabalha com o financiamento das seguintes ações:

- realização de estudos de pré-investimentos necessários à elaboração de planos estaduais para a Reforma e Expansão do Ensino Médio e Expansão da Educação Profissional, bem como de projetos escolares;
- investimento na área de Educação Profissional, incluindo ações de reforma/ampliação de instituições federais e/ou estaduais de Educação Profissional já existentes;
- construção de Centros de Educação Profissional sob a responsabilidade dos Estados/Distrito Federal e do Segmento Comunitário;
- aquisição de equipamentos técnicos-pedagógicos e de gestão;
- aquisição de materiais de ensino-aprendizagem;
- capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo, e;
- prestação de serviços e consultorias para a realização de estudos nas áreas técnico-pedagógica e de gestão.

Para tanto, já foram realizados Estudos de Mercado, contemplado o município de Guamaré.

#### • **Plano Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.**

O município de Guamaré, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, iniciou em outubro de 2004 dois novos cursos de qualificação de mão-

de-obra direcionado a jovens e trabalhadores para atender metas do Plano Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

Os cursos de camareira e cozinha regional serão ministrados em parceria com o Serviço Nacional do Emprego (Sine), com duração de 90 horas/aula, atendendo cerca de 66 pessoas que já estavam cadastradas pela secretaria local de assistência social.

Estes cursos objetivam preencher uma lacuna no mercado de trabalho local, tendo em vista os investimentos que vêm sendo feitos na cidade, com a instalação e modernização de hotéis e restaurantes. Sua justificativa vem de encontro com a proposta de geração de emprego e renda, através da capacitação dos jovens e trabalhadores, oportunizando o ingresso no mercado de trabalho. Neste intuito também de insere a ótica da melhoria da qualidade do serviço prestado na cidade na área do turismo.

- **Atuações da Secretaria Municipal de Educação / Prefeitura Municipal.**

A Secretaria Municipal de Educação e a Prefeitura Municipal têm a meta de promover uma educação de qualidade a partir do ensino infantil no município de Guararé nos últimos anos. A construção de creches, reforma de escolas, melhoria no transporte escolar e a instalação de laboratórios de informática, são alguns dos exemplos dos investimentos que foram feitos nessa área com recursos próprios da arrecadação local.

Segundo dados da Secretaria de Educação, entre o período que vai de janeiro de 1997 a 2004, o número de salas de aulas no município foi triplicado, com a construção de escolas em localidades aonde o ensino não chegava e ainda com a reforma e ampliação das duas maiores escolas, Maria Madalena, em Baixa do Meio, e Benvinda Nunes Teixeira, na cidade.

A complementação da verba para merenda escolar, o fornecimento gratuito de fardamento, livros didáticos e materiais escolar, como também o reaparelhamento das escolas são outros benefícios implantados.

Outro fator que reforçou esses investimentos foi a parceria da Prefeitura com universidades, promovendo o ensino de 3º grau para os educadores que estão em sala de aulas, da mesma forma que foram realizadas atividades e cursos de capacitação e atualização em magistério. Com essa parceria,

professores tiveram a oportunidade de serem habilitados com Licenciatura Plena em História, Matemática, Geografia, Letras, Artes e Química.

Duas creches modelo no município foram construídas, a Creche Maria do Socorro Pedro, no distrito de Baixa do Meio, e a Creche Olendina Vieira, na sede municipal. Ainda de acordo com a Secretaria de Educação, cerca de 800 alunos são assistidos com o transporte escolar, que também recebeu melhorias com a renovação da frota de ônibus.